

Ata da 344a. sessão do Conselho da  
Ordem dos Advogados do Brasil, Sec-  
ção de Pernambuco.

Aos dois (2) dias do mês de  
junho do ano de mil novecentos e  
sessenta (1960), em sua sede no Palácio  
da Justiça, reuniu-se o Conselho da Or-  
dem dos Advogados do Brasil, Seccão  
de Pernambuco, sob a presidência do  
Dr. José Gonçalves Gênes, reunindo de  
1º secretário ad-hoc o Dr. Adauto José  
de Melo, na ausência justificada do Dr.  
Jordão Emerenciano, e de 2º secretário  
o Dr. Luis Rafael Mayer, presentes ainda  
os conselheiros Luis Pinto Ferreira, Rodol-  
fo Araújo, Heraldo Almeida, Sigismundo  
Caleral de Melo, Antonio Ferreira Maga-  
lhães, Renaldo Leunara, Paulo Brangil  
Moraes, João Pinheiro Reis, José Lou-  
reiro Accioly e Sérgio Higino. Abertos os tra-  
balhos da sessão, foi lida e aprovada a  
ata da sessão do dia 7 de abril último.  
Em seguida passou-se ao expediente  
que consistiu na leitura de ofícios do Con-  
selho Federal da Ordem solicitando su-  
gestões do Conselho Seccional para a  
elaboração do projeto de reforma da  
legislação sobre a concessão de autoliza-  
ção a novas Faculdades de Direito para  
funcionarem no território nacional; re-  
metendo cópia da circular n.º 380, lei-  
xada pelo Desembargador corregedor do





Estado da Guanabara, a respeito da designação, para perícias judiciais, de profissionais legalmente habilitados; dando ciência das sugestões apresentadas aos Tribunais Federais, tendentes a remediar dificuldades na tramitação de processos em consequência da mudança daquêles órgãos para a nova capital; de ofícios dos Conselhos Federal e Regional de Engenharia e Arquitetura, remetendo cópias de edital das "Instruções para o 2º Concurso de Obras e Trabalhos de Engenharia, Arquitetura e Direito", no qual foi estipulado prêmio para trabalho jurídico correlacionado com a regulamentação profissional da Engenharia. A ordem do dia contou: a) dos julgamentos dos pedidos de inscrição provisória, no quadro de advogados, dos bacharéis Marcelo Leordeiro, José Gomes de Freitas, Rorivaldo da Rocha Leão, Benício Gonzalez da Silva Vieira e Edisio Carlos Ferreira, (todos deferidos, sendo que o primeiro sem impedimento contra a Fazenda Federal, o segundo contra a Fazenda Municipal de Correntes e os demais sem impedimento); b) dos julgamentos dos pedidos de inscrição definitiva no quadro de advogados, dos bacharéis Diluval Pinheiro Silveira Borla, Geraldo Bezerra de Moura, José Batista Moraes (todos deferidos, sendo o primeiro sem impedimento contra a Fazenda Federal e os demais sem impedimentos); c) dos jul



-gamentos dos pedidos de transformação das inscrições provisórias em definitivas, dos bacharéis José Luis de Moura, Serafim Firmino Ferraz Filho, Arcanjo Marques da Trindade, Aldyr Antonio Oliveira Peter, Luis de Freitas Lima (todos deferidos, sendo os três primeiros com impedimento contra a Fazenda Federal, o quarto com impedimento contra a Fazenda Estadual e o último sem impedimento); d) - dos julgamentos dos pedidos de inscrição, no quadro de solicitadores, dos acadêmicos Israel Fousica Junior, Giovanni Tribani, Walter Ramos da Costa Porto, Joamar Pomerácio Fontes e Geraldo Carneiro de Barros (todos deferidos, sendo o primeiro com impedimento contra a Fazenda Federal, elige Fazenda Estadual e os demais sem impedimentos); e) - do julgamento dos pedidos de inscrição no quadro de advogados e no de solicitadores, respectivamente, do bacharel Severino Victor Cavalcanti e Joaquim Xavier Bezerra Neto (ambos indeferidos, nos termos do parecer da Comissão de Sindicância, tendo em vista a condição de militares da ativa, decisão essa proferida contra os votos dos conselheiros João Pinheiro Reis, Sigismundo Cabral de Melo, Pinto Ferreira, Antonio Magalhães e Rodolfo Arcujo); f) - do julgamento, em sessão secreta, do processo disciplinar nº 10/60, instaurado contra o adv. Morse Sarmiento Pereira



de Leira, em face de representação formulada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, em 10 de fevereiro deste ano. Depois de feito o relatório, pelo relator leus. Pinheiro da Câmara, usou da palavra o adv. Celso Melo fazendo a defesa do acusado. Em seguida, retirou-se do recinto da reunião o adv. do acusado, sendo então aberta a discussão, da qual participaram vários conselheiros. Submetido à votação o parecer da Comissão de Disciplina, foi o mesmo aprovado contra os votos dos conselheiros João Pinheiro Leus, Pinto Ferreira, Rodolfo Araújo, Sizenando Caleral de Melo, que mandavam arquivar o processo. Em consequência da decisão, deve o Conselho da Ordem aplicar ao Bel. Morre Sarmiento Pereira de Leira a pena de advertência, fazendo-o por ofício do Presidente, nos termos do citado parecer. O leus. Antonio Ferreira Magalhães pediu constar de ata o seu protesto contra as expressões, - que considerou deselegantes, - usadas pelo Presidente do Tribunal ao formular a representação em apreço. Depois da ordem do dia foram discutidos e tratados assuntos de ordem geral, tendo o sr. Presidente dado conhecimento ao Conselho de providências por ele tomadas, relacionadas com o assassinato, em Camará, do adv. Epitácio Martins Gomes, sendo, inclusive, telegramas recebidos da família do morto e de advogados daquela cidade. O Conselho resolveu aprovar a proposta do Presidente em



sentido da Ordem designar um auxiliar da acusação, o que será feito oportunamente. Por proposta da Presidência foram aprovados votos de profundo pesar pelos falecimentos dos advogados Zeman do Barcão, Epitácio Martins Gomes e Arnaldo Graca, digo Arnóbio Graca. Finalmente foi autorizado o cancelamento das inscrições dos referidos advogados falecidos. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, depois de lida, discutida e aprovada será assinada pela mesa.

José Amalanthi Warr - Presidente.  
 Celágio Sabino - 1º Sec. ad hoc.  
 [assinatura] - 2º Sec.